

CANDIDATOS, PARTIDOS E COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012

Editor responsável
Felix Dane

Conselho editorial
Antônio Octávio Cintra
Fernando Limongi
Fernando Luiz Abrucio
José Mário Brasiense Carneiro
Lúcia Avelar
Marcus André Melo
Maria Clara Lucchetti Bingemer
Maria Tereza Aina Sadek
Patrícia Luiza Kegel
Paulo Gilberto F. Vizentini
Ricardo Manuel dos Santos Henriques
Roberto Fendt Jr.
Rubens Figueiredo

Organização
Bruno Wilhelm Speck
José Mário Brasiense Carneiro

Coordenação Editorial
Reinaldo J. Themoteo

Revisão
Reinaldo J. Themoteo

Capa, projeto gráfico e diagramação
Cacau Mendes

Impressão
Stamppa

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer XIV (2013), nº 2
Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012
Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho 2013.
ISBN 978-85-7504-176-5

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
Representação no Brasil: Rua Guilhermina Guinle, 163 · Botafogo
Rio de Janeiro · RJ · 22270-060
Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448
adenauer-brasil@kas.de · www.kas.de/brasil
Impresso no Brasil



Apresentação. 7

Estrutura e organização partidária
municipal nas eleições de 201213

MARIA DO SOCORRO BRAGA
JAIRO PIMENTEL JR

Nem ideológica, nem oportunista: A filiação
partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. 37

BRUNO WILHELM SPECK

Quem se elege prefeito no Brasil?
Condicionantes do sucesso eleitoral em 201261

ADRIANO CODATO
EMERSON CERVI
RENATO PERISSINOTTO

Democracia pela metade: candidaturas
e desempenho eleitoral das mulheres85

TERESA SACCHET

O que faz a diferença? Gastos de campanha,
capital político, sexo e contexto municipal nas
eleições para prefeito em 2012109

BRUNO WILHELM SPECK
WAGNER PRALON MANCUSO

Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação
entre os partidos para a disputa de prefeituras 127

HUMBERTO DANTAS

Alianças contextuais ou nacionalizadas? Análise
das coligações nas eleições para prefeito em 2012147

VÍTOR EDUARDO VERAS DE SANDES-FREITAS

Território, escala e voto nas eleições municipais
no Brasil 167

RODRIGO RODRIGUES-SILVEIRA

As eleições municipais de 2012 e seus efeitos
nacionais.193

CLAUDIO GONÇALVES COUTO

FERNANDO LUIZ ABRUCIO

MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA

Posfácio: Esperança na política local
e nos jovens políticos 209

JOSÉ MÁRIO BRASILIENSE CARNEIRO

Na Alemanha de Konrad Adenauer, Prefeito de Colônia (1917 – 1933) e Chanceler da República (1949 – 1963) costuma-se dizer que Democracia se aprende na Escola e no Município.¹ No Brasil, desde 1988, ano da promulgação da Constituição Cidadã, os eleitores tiveram a chance de praticar o voto na escola democrática municipal em sete processos eleitorais distintos. Se para o cidadão a política municipal representa a experiência mais imediata da democracia, a ciência política tomou o caminho inverso.

O debate sobre os partidos políticos, as eleições e os caminhos do regime de democracia representativa no Brasil se iniciou a partir de estudos sobre o âmbito nacional. Na medida em que as fronteiras entre diferentes posições se consolidaram, mas também em função da disponibilidade de dados o município entrou no radar das análises sobre eleições, partidos políticos e as características do regime representativo no Brasil. O conjunto dos artigos nesta edição da série *Cadernos Adenauer* visa incluir o estudo dos partidos e eleições municipais como uma dimensão importante das análises sobre o regime de democracia representativa no Brasil. Indagamos se as características estruturais

1 Em 2000 o Ministério da Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF) publicou os resultados de interessante trabalho com o título *Democracia se aprende em Escolas e Municípios - aprendizado e desenvolvimento da democracia política e o potencial de prevenção da violência nas escolas e na assistência à juventude*, em colaboração com o Departamento de Pedagogia e Desenvolvimento Escolar da Universidade Friedrich Schiller de Jena.

Para mais detalhes: http://www.friedenskreis-halle.de/kita/texte/demokratie_lernen.pdf

dos partidos políticos nos municípios, o perfil dos candidatos, mas também as decisões estratégicas na formação de coalizões e a dinâmica da arrecadação de recursos são condicionantes importantes do sucesso eleitoral nos municípios.

Enquanto pesquisas sobre a dimensão nacional do sistema representativo frequentemente contam com dados de pesquisas de opinião ou de observações sobre o desempenho dos legisladores, não há informações similares para o conjunto dos municípios brasileiros. Por outro lado, a quantidade de unidades de análise (5567 municípios, 440 mil candidatos) e a riqueza das informações disponíveis sobre partidos (votação em eleições, diretórios municipais, filiações), candidatos (origem, sexo, idade, instrução, estado civil, bens dos candidatos, doações recebidas) e municípios (com dados sociográficos do IBGE, DATASUS, Secretaria da Fazenda, entre outras fontes) tornam os municípios um rico campo de estudos sobre partidos e eleições no Brasil.

Mas a política municipal é mais que um campo para testar a validade das hipóteses previamente lançadas para o âmbito nacional e estadual. Os municípios brasileiros apresentam uma enorme variedade quanto ao seu perfil socioeconômico, a sua localização e porte. A dinâmica da política em contextos de municípios de caráter rural, urbano ou metropolitano segue lógicas bem diferentes, como vários dos artigos desta edição mostram. Também há interações entre a política local e o âmbito estadual e nacional que carecem de investigação. Os textos aqui exploram estes diferentes campos de investigação.

Os primeiros dois artigos analisam os partidos políticos do ponto de vista da sua difusão e consolidação organizacional. Para Braga e Pimentel a presença de diretórios dos diferentes partidos nos municípios brasileiros fornece uma forte pista para o grau de nacionalização do sistema partidário. Além da presença organizacional a diferença entre diretórios plenos e comissões provisórias é explorada no trabalho. Os autores propõem um indicador para aferir a nacionalização organizacional dos partidos e apontam para variações da presença organizacional entre os partidos, regiões do país e porte dos municípios. Argumentam que a estrutura organizacional partidária é um fator importante para entender a dinâmica e os resultados das eleições municipais.

Outro aspecto da vida organizacional dos partidos é explorado por Speck que analisa a filiação partidária. Os filiados dos partidos mereceram pouca atenção pela ciência política até o momento. Ao descrever o “cardiograma da filiação partidária” o autor desvenda um ciclo quadrienal de novas adesões que apresenta oscilações com picos de filiação em função do calendário pré-eleitoral das eleições municipais. Ele argumenta que o processo que antecede a nomeação dos candidatos nas convenções partidárias é o catalisador das novas

filiações. Nem a adesão de novos filiados durante as disputas eleitorais nem a filiação ao partido vencedor após o pleito são expressivos. Mesmo que sejam produto do processo pré-eleitoral, as novas adesões influenciam o desempenho dos candidatos nas urnas.

Os próximos três artigos exploram o processo eleitoral do ponto de vista dos candidatos individuais. Codato, Cervi e Perrissinotto analisam as eleições a partir dos atributos econômicos, sociais e políticos dos candidatos que determinam o sucesso eleitoral. Candidatos mais jovens, homens, com educação superior tem maior chance de sucesso nas urnas. A partir das declarações de patrimônio e das doações recebidas é possível aferir o impacto do perfil econômico. Mesmo as doações declaradas na prestação de contas parcial, antes do pleito, já dão forte indício para o sucesso eleitoral. Os fatores mais importantes são vinculados a atributos políticos. As chances de sucesso eleitoral dependem da capacidade de formação de coligações apoiando os candidatos e, mais do que qualquer outro fator, da experiência prévia no campo político, tendo em vista as altas chances de reeleição para os candidatos à reeleição.

Em seguida o artigo de Sacchet se debruça mais detalhadamente sobre a perspectiva de gênero. A autora retoma a discussão clássica sobre representação descritiva e representação substantiva a partir da perspectiva feminista. A sub-representação das mulheres nos cargos eletivos é apontada como déficit democrático. Ela apresenta os diferentes modelos de cotas para mulheres que foram implementados em vários países, bem como a tortuosa história da lei de cotas no Brasil. Após duas décadas de legislação sobre a matéria as eleições municipais de 2012 são as primeiras onde as cotas foram plenamente implementadas de acordo com a lei em vigor. Uma das possíveis explicações para a continuada sub-representação de mulheres, mesmo sob o regime de cotas, está no financiamento das campanhas. A autora mostra que as mulheres recebem muito menos recursos que seus concorrentes masculinos e que esta desproporção está mais acentuada nos municípios maiores onde o desempenho de candidaturas de mulheres é pior.

A questão das características dos candidatos também está no centro da análise de Speck e Mancuso. Os autores oferecem um novo cálculo sobre os gastos efetivos de campanha que inclui recursos de candidatos e comitês eleitorais e desconta transferências entre candidatos. Também identificam o capital eleitoral recente dos candidatos a prefeito em 2012 identificando aqueles que haviam sido candidatos e eventualmente eleitos nas eleições de 2008 e 2010. A análise dos dados confirma e quantifica o impacto dos recursos de campanha, do gênero e dos cargos políticos ocupados sobre o sucesso eleitoral.



O peso relativo dos gastos, do gênero e da reeleição de prefeitos é maior em municípios grandes.

Os próximos dois textos tratam da questão das coligações eleitorais, tema fundamental no cálculo eleitoral dada a fragmentação do quadro partidário no Brasil. Os estudos sobre coligações buscam identificar padrões que estruturam as coligações como o perfil ideológico dos partidos, as coligações no âmbito nacional ou o papel aglutinador de PT e PSDB. O artigo de Dantas analisa estas questões na perspectiva da evolução das coligações nas eleições municipais desde 2000. Ele argumenta que devido à nacionalização e maior capilaridade dos partidos médios e pequenos as coligações são mais amplas hoje do que no passado. Porém, o autor conclui que nesta perspectiva histórica não existem padrões claros de estruturação das coligações em torno de questões ideológicas ou partidos articuladores.

O artigo de Sandes investiga a mesma questão das coligações, analisando para as eleições de 2012 a tese do papel estruturador do PT e do PSDB nas coligações. Ele conclui que os candidatos a prefeito dos dois partidos contam com um perfil distinto de aliados chave que integram as coligações, mas este perfil se desfaz quando analisadas as coalizões que recebem apoio de PT ou PSDB. O alinhamento e consistência das coalizões é mais claro nos municípios de maior tamanho.

A geografia eleitoral tem longa tradição na ciência política, mas renasceu em torno de modelos de análise espacial apenas recentemente na ciência política brasileira. O artigo de Rodrigues-Silveira explora as características do sistema partidário e dos padrões de votação no âmbito local pela ótica da análise espacial. Recorrendo ao índice I de Moran ele identifica grupos de municípios adjacentes com características similares quanto à votação dos grandes partidos. Isto significa que o domínio político destes partidos transcende os limites da circunscrição eleitoral, apontando para importantes efeitos de influência entre municípios adjacentes que devem ser objeto de futuras investigações. O autor também discute os desafios metodológicos desta abordagem a partir da discussão da dependência dos resultados de diferentes níveis de agregação dos dados.

No último artigo Abrucio, Couto e Teixeira analisam os resultados da disputa pelas prefeituras e as suas possíveis consequências para as eleições em 2014. Descartando respostas simplistas eles elaboram um modelo para o posicionamento estratégico dos partidos para 2014 a partir da conquista das prefeituras em 2012. O argumento chave é a complementaridade da força política dos partidos nos estados brasileiros. Partidos que se complementam (onde um é fraco, o outro é forte) tem mais chance de se aliar do que na situação contrária.

A partir deste mapa os autores retomam a questão inicial sobre as consequências de 2012 para 2014, avaliando as implicações deste mapa de complementaridade e competição para as alianças em 2014.

O pós-facio de Brasiliense complementa a coletânea, remetendo às motivações éticas que estão na raiz de muitas carreiras políticas. Em meio a um mar de descrédito que ronda a política e modelos de análise acadêmica que enxergam os políticos como maximizadores do benefício próprio o texto lembra que frequentemente motivações como a vontade de mudar a realidade da comunidade, superar obstáculos de desenvolvimento ou simplesmente mostrar que a política a serviço do bem comum é possível estão na raiz do engajamento político.

Para esta edição dos *Cadernos Adenauer* os editores prepararam duas bases de dados (agregando os dados para os 440 mil candidatos e para os 5567 municípios) a partir das informações fornecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Estes dados foram utilizados e completados pelos autores com outros dados, conforme indicação nos textos. Se do ponto de vista das informações disponíveis os artigos apresentam certa homogeneidade, a variedade de tratamento dos dados é um retrato da evolução da ciência política brasileira neste campo.

Em nosso nome e da Fundação Konrad Adenauer, agradecemos aos autores que colaboraram com dedicação e paciência nesta edição. Esperamos que este número da série *Cadernos Adenauer* possa confirmar nossa afirmação inicial de que o Município merece o lugar de “escola democrática” na qual novos líderes estarão sempre a surgir e, sobretudo, onde os cidadãos poderão, a cada eleição, exercitar a democracia de forma cada vez mais madura, conscientes de seu papel político e ético.

Uma boa leitura!

Bruno Wilhelm Speck e José Mario Brasiliense Carneiro